



Sindforte-RN realiza 1º Encontro dos Vigilantes do Rio Grande do Norte



Debate sobre a Reforma Trabalhista realizado pelo Sindforte-RN tem como objetivo instruir trabalhadores e esclarecer sobre mudanças para a categoria

Para municiar os trabalhadores com informações sobre a Reforma Trabalhista, o Sindicato dos Vigilantes de Carro-Forte do Rio Grande do Norte (Sindforte-RN) realizou nos dias 14 e 15 de dezembro o 1º Encontro dos Vigilantes do Rio Grande do Norte nas cidades de Natal e Mossoró. O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, participou do evento, que também contou com a presença do assessor

jurídico do Sindesv-PE, Dr. Francisco Fragoso e do mediador da SRTE, Cláudio Gabriel.

No evento foram discutidos os 15 itens mais impactantes para a categoria e, para Boaventura, o momento é de unidade. “Vigilantes e sindicatos precisam estar juntos, de mãos dadas, mostrando para os patrões que não aceitaremos nenhum tipo de acordo que venha retirar direitos dos trabalhadores”, enfatizou.

Já Dr. Fragoso destacou que 100 artigos da CLT foram alterados sem que houvesse qualquer ganho para o trabalhador. “Pelo contrário, só perdemos”, lamentou. “Que houvesse a reforma para que nos orgulhássemos de ver as próximas gerações com o mínimo de dignidade, que é ganhar o seu salário e sobreviver de seus esforços”, afirmou.

Para o Dr. Cláudio Gabriel as piores negociações coletivas da história estão por vir. “Quem faz as leis são os donos das maiores empresas privadas. Eles camuflam

a inflação para não dar aumento digno aos trabalhadores e, se os sindicatos não estiverem atualizados, serão engolidos pelas leis que são impostas à classe trabalhadora”, avaliou.

O Sindforte-RN segue levando informações aos trabalhadores e está de portas abertas para ajudar a base. “A categoria precisa abraçar essa causa, estar unida e pronta para enfrentar os ataques que virão por parte dos patrões”, afirmou o presidente da entidade, Márcio Figueredo.

Fonte: CNTV com informações do
Sindforte-RN



Vigilante morre baleado e bandidos levam malote transportado por funcionária de banco na Bahia

Um vigilante morreu após ser baleado durante assalto, enquanto fazia a segurança da funcionária de um banco, na cidade de Luís Eduardo Magalhães, oeste da Bahia.

De acordo com a polícia, José Dias de Moraes, de 63 anos, e a mulher, que não teve identidade revelada, foram abordados pelos assaltantes na porta da agência bancária, na tarde de segunda-feira (18). A funcionária transportava um malote de dinheiro, que foi roubado pelos bandidos.

Um dos homens disparou contra José, que foi atingido no abdômen. Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Luís Eduardo Magalhães. De lá, José foi transferido para o Hospital do Oeste, mas não resistiu aos ferimentos.

A funcionária do banco não ficou ferida. O caso é investigado pela polícia da cidade, que solicitou imagens das câmeras de segurança do local. Ninguém tinha sido preso até a manhã desta terça (19).

Fala CNTV

Mais uma vez a irresponsabilidade dos patrões fez vítimas. Por escolherem infringir a Lei ao designar o transporte de valores a funcionários, colocaram em risco a vida de trabalhadores. Segundo apuração do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes/BA), o trabalhador em questão não era vigilante legalizado e prestava serviço para uma lotérica da cidade. Segundo o presidente do Sindvigilantes e da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, era rotina que o homem em questão, juntamente com uma funcionária da lotérica, recolhessem dinheiro nas agências. “Esse tipo de artifício é muito usado em lotéricas da cidade e em outras. Colocam os trabalhadores com uniforme ostensivo, mas sem qualquer respeito aos limites da lei”, denunciou Boaventura.

As entidades enviarão denúncia à PF e à Caixa Econômica Federal (CEF). “Contratualmente a CEF não mantém responsabilidade pela segurança física das lotéricas, mas tem assumido o transporte de dinheiro ao menos nas grandes cidades. Questionaremos o motivo de, nesses casos, não estar cuidando do dinheiro”, concluiu.

A CNTV lamenta profundamente que mais um trabalhador tenha perdido a vida para a violência e irresponsabilidade patronal.

Criminosos interceptam e explodem carro-forte em São Bento do Una

Homens fortemente armados pararam o veículo, explodiram o cofre e fugiram com malotes de dinheiro, afirma a PM. Foi a segunda explosão em quatro meses.

Um carro-forte foi assaltado no fim da tarde desta segunda-feira (18) na PE-180 em São Bento do Una, no Agreste de Pernambuco. De acordo com a Polícia Militar, homens fortemente armados interceptaram o veículo, explodiram o cofre e fugiram com malotes de dinheiro.

Ainda segundo informações da PM, viaturas realizaram buscas na região, mas os criminosos

ainda não foram encontrados. Ninguém ficou ferido durante a ação.

Foi a segunda explosão em menos de quatro meses. Em agosto, um vigilante morreu durante um assalto a carro-forte em São Bento do Una após uma troca de tiros com criminosos.

Fonte: G1

Carro-forte é explodido na BR-110, entre as cidades de Catu e Alagoinhas, na Bahia

Veículo foi interceptado por um grupo de criminosos ainda não identificado.

Um carro-forte foi explodido em um trecho da BR-110, entre os municípios de Catu e Alagoinhas, a cerca de 100 quilômetros de Salvador, nesta segunda-feira (18).

O veículo foi interceptado por um grupo de criminosos, que ainda não foi identificado. A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) confirmou o ocorrido e disse que policiais

fazem ronda na região em busca dos suspeitos.

O órgão não soube informar quantos suspeitos participaram da ação e nem se alguma quantia em dinheiro foi levada pelos bandidos. Não há registro de feridos.

Fonte: G1

Mesmo com efeitos ainda desconhecidos, trabalhadores rejeitam ‘legalização do bico’

Pesquisa CUT/Vox Populi indica forte rejeição ao trabalho intermitente. Para dirigente da central, números aumentarão quando efeitos perversos da “reforma” passarem a ser sentidos pela população



Modalidade prevista na ‘reforma’ trabalhista do governo Temer, trabalho intermitente precariza relações de trabalho e formaliza o ‘bico’

Em vigor desde 11 de novembro, o contrato de trabalho intermitente – uma das formas mais precárias de contratação prevista na “reforma” trabalhista – já é reprovado por 60% dos trabalhadores em todo o país, conforme aponta a última rodada da pesquisa CUT/Vox Populi realizada entre os últimos dias 9 e 12. Mas, para Graça Costa, secretária de Relações de Trabalho da CUT, a rejeição à legalização do bico tende a crescer ainda mais. “Essa ‘reforma’ trabalhista, que legalizou a fraude e as formas precárias de contratação, é resultado de um projeto aprovado sem qualquer debate com a sociedade. Muitas perversidades, como o trabalho intermitente,

ainda não são de conhecimento de todos”, avalia.

A pesquisa entrevistou 2 mil pessoas em 118 municípios de todos os estados e no Distrito Federal. Para 51% dos trabalhadores ouvidos, a possibilidade de contratar um trabalhador por apenas alguns dias ou horas por mês – sem carteira assinada, contrato de trabalho ou direito trabalhista – é boa somente para os patrões.

A medida tem alto índice de rejeição em todas as faixas de renda e escolaridade. A região em que os trabalhadores mais reprovam a “legalização do bico” é o Sudeste, com 68%, seguido pelo Nordeste, com 65%.

Entre os que ganham até dois salários mínimos, 62% reprovam o contrato intermitente, seguidos por 64% de reprovação entre os que ganham de dois a cinco mínimos e de 51% no grupo dos que recebem mais de cinco. Dos entrevistados que possuem ensino médio completo, 62% desaprovam, seguidos por 61% com ensino fundamental e 55% com ensino superior.

Sem diálogo

Segundo Graça, em nenhum país do mundo a legislação trabalhista foi alterada em tão pouco tempo como ocorreu recentemente no Brasil. Ela lembra que, apenas três dias depois de aprovada a nova lei trabalhista, o governo encaminhou a Medida Provisória 808, com alterações à lei recém-aprovada e que recebeu 967 emendas ao texto, um recorde histórico.

“Esse é apenas um exemplo de como este governo e seus aliados estão ‘descompensados’, perderam completamente a vergonha”, critica a dirigente.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, afirma que, apesar do desmonte de direitos que representa a “reforma” e os ataques que ainda podem ocorrer, os trabalhadores seguem na luta para impedir que a nova legislação retire direitos consolidados e crie um mercado de trabalho baseado na ‘institucionalização do bico’.

“É possível resistirmos aos ataques e é o que estamos fazendo. A ‘reforma’ trabalhista vai se concretizar na mesa de negociação e os nossos sindicatos estão resistindo”, disse o dirigente, referindo-se às negociações coletivas acordadas pelos sindicatos, sobretudo no último período, quando a nova legislação entrou em vigor.

O presidente da CUT cita também a batalha jurídica em torno de pontos inconstitucionais da nova lei como exemplo de resistência ao ataque contra conquistas históricas feito pelo governo Temer. “Nós vamos disputar em todas as frentes e provar que o desmonte trabalhista fere direitos consagrados na Constituição e nas convenções internacionais sobre o mundo do trabalho.”

Quem votou, não volta!

Tanto o presidente da central como a secretária de Relações do Trabalho da CUT destacam a última pesquisa CUT/Vox Populi, realizada entre 27 e 31 de outubro, que mostrou a rejeição dos trabalhadores aos parlamentares que votaram a favor do fim da CLT, para ressaltar a importância de os trabalhadores continuarem mobilizados durante o recesso parlamentar.

Segundo o levantamento, 79% dos trabalhadores não votarão em deputados que aprovaram as mudanças na legislação.

“Este é o momento em que os deputados retornam para os seus estados e visitam suas bases eleitorais, por isso é fundamental nos mantermos organizados nos estados neste período de fim de ano, principalmente 2018 é ano eleitoral e já avisamos que ‘quem votar, não volta’”, alertam os dirigentes, em referência tanto à “reforma” trabalhista quanto à da Previdência, que ainda tramita na Câmara dos Deputados e teve votação adiada para fevereiro.

Fonte: Rede Brasil Atual